

## Em defesa da educação pública

Enquanto o governo corta mais de R\$ 12 bi na educação pública, são investidos R\$ 5,2 bi no Fies. A privatização do ensino torna-se cada vez mais uma realidade que deve ser combatida com unidade e luta. Página 5

### Proposta é rejeitada em AG

Docentes da UFPel reuniram-se no dia 25 de novembro para analisar a proposta do governo federal para a negociação 2015 e rejeitaram os termos. Página 3

### Funpresp

A presidente Dilma Rousseff sancionou, no dia 5 de novembro, a Lei 13.183, que obriga a adesão automática dos SPF à Fundação de Previdência Complementar (Funpresp). Página 6

## EDITORIAL

## Educação pública, gratuita e de qualidade

A expressão “educação pública” costumava nos fazer pensar na continuidade implícita da sua adjetivação “gratuita e de qualidade” – quem sabe, ainda seguida de “laica e socialmente referenciada”. Entretanto, cada vez mais, é preciso questionar: “gratuita?” e “qualidade?”.

As políticas de governo, desde a presidência, englobando parlamentares, governadores e prefeitos, têm aplicado o projeto de mercantilização e privatização à educação. No âmbito do ensino superior, este projeto transfere a responsabilidade de investimento financeiro por parte do Estado para a iniciativa privada, anulando a autonomia universitária, subjugando as instituições de ensino a seus novos parceiros/patrocinadores. Assim, o capital do Estado segue livre para financiamentos privados como o Fies, que endivida a população e proporciona lucro a grandes corporações de ensino.

Para nós, docentes federais, foi encaminhada uma proposta de negociação para 2015, apresentada pelo Ministério da Educação, em meados deste novembro. Consideramos essa proposta uma afronta a nossa carreira e dignidade salarial. O projeto de Universidade que o governo nos impõe busca afetar, além de nossas condições de trabalho, degradadas pela falta de manutenção, nossas pautas mais básicas.

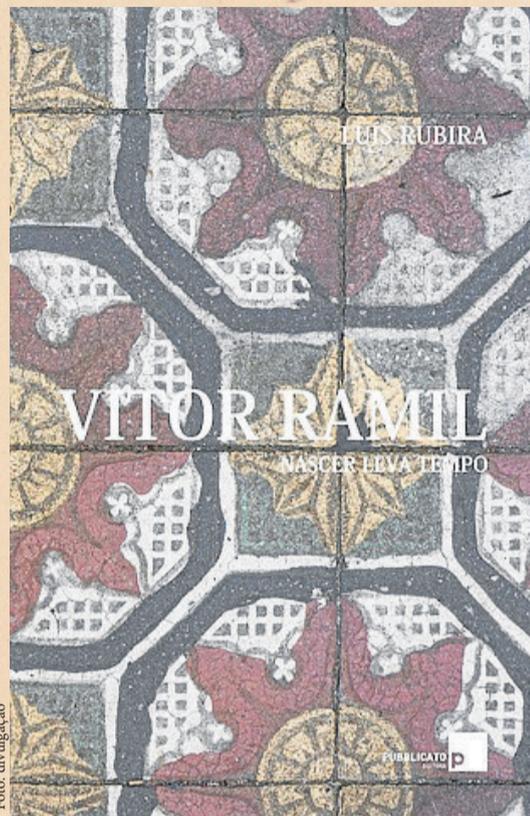
A alternativa tem-se feito na resistência da classe trabalhadora. Organizada, observam-se manifestações em diferentes níveis: a preparação do II Encontro Nacional de Educação; campanhas junto ao Congresso Nacional contra as votações que prejudicam e retiram direitos sociais, individuais e coletivos, e atacam o ensino público; mobilizações da juventude contra fechamento de escolas públicas em São Paulo.

O movimento em São Paulo tem nos dado uma aula de força e resistência. Esses jovens, de forma autônoma, estão sendo protagonistas de uma educação transformadora, pública, gratuita e de qualidade.

Que encerremos o ano com esta lição de organização e luta!

## MURAL

## “Nascer leva tempo”



A Feira do Livro de Pelotas, ocorrida entre os dias 29 de outubro e 15 de novembro, teve como patrono Vitor Ramil. O pelotense, nosso entrevistado na página de cultura, é tema do livro “Vitor Ramil: nascer leva tempo”, do escritor e professor de Filosofia da UFPel, Luis Rubira. A obra conta a trajetória consagrada de Ramil, desde o início de sua carreira, no fim da década de 70, até o lançamento do disco “Longes”, em 2004. A publicação tem 344 páginas e foi realizada pela Publicato Editora e IdeativaCultural, com o financiamento do Fumproarte. O prefácio é de Luís Augusto Fischer, que descreve a obra de Ramil como “uma das mais importantes que o Rio Grande do Sul já viu nascer, uma das mais significativas do Brasil e do sul da América de nosso tempo”. O professor Luis Rubira venceu, recentemente, o 22º Prêmio Açorianos de Literatura na categoria “Especial” pelo livro.

## TRI-LHOS lança álbum

No dia 4, às 20h, o grupo TRI-LHOS, formado por Douglas Bessa, Cristiano Nunes e Hector Rojas, fará o lançamento do disco “Barrio Sur” na Casa do Trabalhador, em Pelotas (RS). O trabalho é o primeiro de composições próprias e foi gravado lentamente, com poucos apoios, de forma independente. Os ingressos podem ser encontrados na ADUFPel-SSind, CPERS e Sindicato dos Metalúrgicos a R\$20. O valor da meia-entrada é de R\$10.



## AGENDA

04/12	Dandô: Lançamento do álbum do grupo TRI-LHOS, em Pelotas (RS)
05 a 06/12	IV Encontro Nacional de Comunicação e Artes do ANDES-SN, Brasília (DF)
11 a 12/12	Encontro do Coletivo Jurídico do ANDES-SN, em Brasília (DF)
11 a 12/12	XIII Encontro da Secretaria Regional Rio Grande do Sul do ANDES-SN, em Santa Maria (RS)

## EXPEDIENTE

Jornal VOZ DOCENTE / Publicação da Associação dos Docentes da UFPel - Seção Sindical do ANDES-SN (ADUFPel) . DISTRIBUIÇÃO GRATUITA . Gráfica: Multi (Novo Hamburgo) . Tiragem: 2.000 exemplares

Redação: Gabriela Venzke (MTB 0016368/RS), Liana Coll (MTB 0017486/RS) e Vitória Trescastro (estagiária) Diagramação: Liana Coll Fotografias: Acervo e Assessoria ADUFPel

Presidente: Celeste dos Santos Pereira . Primeiro Vice-Presidente: Henrique Andrade Furtado de Mendonça . Segundo Vice-Presidente: Luiz Henrique Schuch . Secretário Geral: Júlio César Emboava Spanó . Primeiro Secretário: Renato Fabrício de Andrade Waldemarin . Segunda Secretária: Beatriz Franchini . Primeira Tesoureira: Daniela Stevanin Hoffmann . Segunda Tesoureira: Ana Lúcia Costa de Oliveira . Terceiro Tesoureiro: Giovanni Felipe Ernst Frizzo

CONTATOS . Site: adufpel.org.br . Email: secretaria@adufpel.org.br . Facebook: /adufpel . Endereço: Major Cícero de Góes Monteiro, 101 - Centro - Pelotas . Cep: 96015-190 . Telefone: (53) 3225.4236 Colaborações e sugestões para o jornal: imprensa@adufpel.org.br

ATENDIMENTO EXTERNO . Das 8h às 18h sem fechar ao meio dia. ATENDIMENTO JURÍDICO . Todas as quintas-feiras, das 9h às 10h, sem agendamento prévio. Outros dias da semana no escritório Chapper & Cavada, com agendamento prévio pelo telefone (53) 3225.8647

## Docentes rejeitam nova proposta do governo

Os docentes da UFPel reuniram-se no dia 25 de novembro em Assembleia Geral (AG), a fim de analisar a proposta apresentada pelo governo à negociação 2015. Foi encaminhada a apresentação de recomendações para a reunião do setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que aconteceu nos dias 28 e 29 do mesmo mês. A professora e presidente da ADUFPeL-SSind, Celeste Pereira, representou a Seção Sindical na atividade.



### Proposta

O ANDES-SN recebeu no dia 18 de novembro um ofício do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) com o nome “Proposta do Governo para negociação 2015”. A proposta, assinada pelo secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público do MPOG, Sérgio Mendonça, mantém o “reajuste” salarial de 10,8% dividido em duas partes (5,5% em agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017), porém, esses valores já haviam sido rejeitados pelos docentes durante a greve deste ano. Dessa vez, o MPOG também apresenta sugestão de estruturação da malha remuneratória dividida em três parcelas, em 2017, 2018 e 2019.

### Encaminhamentos da AG

Os docentes da UFPel avaliaram a proposta como inaceitável, devendo ser rejeitada. Esta significa a antecipação programada de perda do poder aquisitivo na remuneração da categoria docente e um retrocesso grave na carreira. Para

subsidiar o trabalho da reunião nacional do setor das IFES, a ser levado para o governo como sinal de disposição para negociar um acordo, a AG aprovou algumas indicações:

1- O índice de 10,8% deve ser aplicado em 2016 para corrigir as tabelas remuneratórias;  
2- A reestruturação da carreira deve ser imediata, observando os seguintes parâmetros escritos como conceito permanente no texto da lei:

2.1- Em relação ao regime de 20h, a remuneração do regime de 40h será 100% superior e a do regime DE será 210% superior;

2.2- Rejeitar o caráter de gratificação variável para a retribuição por titulação (nível, percentual de titulação e regime de trabalho devem estar combinados em parcela única). Tal retribuição deve ser expressa em percentual definido para cada titulação, igual em todos os regimes de trabalho;

2.3- A variação deve ser estabelecida por “steps” constantes na evolução da carreira.

3- Imediato reenquadramento dos professores aposentados (e instituidores de pensão) resguardada a equivalência em relação ao topo da estrutura da carreira em vigor na data da sua aposentadoria.

Acompanhe, através de nosso site e rede social, os resultados das próximas reuniões.

## Articulação para o II ENE

Entidades e movimentos sociais articulam-se, em Pelotas, para a construção do encontro municipal preparatório do II Encontro Nacional de Educação (ENE). Até o fechamento desta edição, foram realizadas quatro reuniões, com a participação de representantes da ADUFPeL-SSind, Sinasefe, Sindicato dos Municípios de Pelotas, União da Juventude Comunista, coletivos Rua e Alicerce, e estudantes do Movimento Secundarista e da

graduação e pós-graduação da UFPel e UCPel. De acordo com a presidente da ADUFPeL-SSind, Celeste Pereira, os encontros são fundamentais para discutir aspectos da metodologia a ser adotada, com o objetivo de ampliar a divulgação e o debate em torno dos eixos já definidos.

A segunda edição do ENE acontecerá na primeira quinzena de junho de 2016. O II ENE terá como mote “Por um projeto de educação

classista e democrático”, definido na reunião do Comitê Nacional pelos 10% do PIB para Educação Pública Já!, que ocorreu no dia 27 de agosto em São Paulo (SP). A etapa preparatória de Pelotas está prevista para a terceira semana de março.

A próxima reunião ocorre na sede da ADUFPeL-SSind no dia 8 de dezembro, às 14h, e você, docente, está convidado/a participar da construção deste II ENE.

## JURÍDICO

### Adesão automática à previdência complementar

Diante da nova sistemática de adesão ao regime de previdência complementar dos Servidores Públicos Federais surge o seguinte questionamento: a adesão automática está em conformidade ou afronta os mandamentos constitucionais que regem a sistemática da previdência complementar brasileira? Vejamos que, com a referida modificação, o 13º artigo e parágrafos da Lei 12.618/2012 passam a dispor que “todos os servidores que ingressarem no serviço público a partir do início da vigência do regime de previdência complementar, serão automaticamente inscritos no respectivo plano de previdência complementar desde a data de entrada em

exercício”. Dita alteração modifica a lógica de inscrição no plano de previdência, pois atualmente o servidor público necessita expressar sua manifestação de vontade para aderir ao plano de benefício. Já com a nova sistemática, a inércia do servidor ao ingressar no serviço público será interpretada como se tivesse optado pelo plano.

A alteração, embora não aparente, modifica a natureza facultativa do regime, porque inverte-se a forma de ingresso do participante. Assim, é possível invocar a inconstitucionalidade da nova regra de adesão, vez que o artigo 202 da Constituição Federal impõe a facultatividade ao regime, cuja filiação pressupõe a manifestação

expressa do interessado à adesão ao respectivo fundo, bem como o artigo 40, §15º vai de encontro à nova regra, pois o mesmo garante que as entidades fechadas de previdência complementar oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios.

Ademais, é possível invocar a violação dos princípios da igualdade e da livre associação, previstos na Constituição. Infere-se, assim, que as modificações introduzidas no regime de previdência complementar, por afronta aos princípios da facultatividade, da igualdade e da livre associação, encontram-se revestidos de inconstitucionalidade.

*Assessoria Jurídica ADUFPeL-SSind*

## Alojamento estudantil: precariedade nada provisória

As moradias estudantis da UFPel são, de um modo geral, precárias. Obras inacabadas, umidade, falta de segurança e superlotação descrevem, não só a Casa do Estudante, mas também as instalações cedidas para as duas turmas especiais do Movimento Sem Terra (MST), custeadas pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). Os quase cem acadêmicos que cursam Medicina Veterinária dividem um ginásio nos fundos da antiga AABB desde 2011. Quando questionado sobre a precariedade das instalações, um dos coordenadores das turmas, Tiago Cassol, disse que isso é dever da Universidade: “A infraestrutura e professores são responsabilidade da UFPel e o Projeto não banca”.

Os quartos, feitos com divisórias típicas de escritório, acomodam em média seis estudantes em um espaço de, no máximo,

8m². “No inverno aqui é frio e úmido e no verão é horrível, um forno”, conta o morador do alojamento, Djones Zucolotto. O estudante conta que o lugar já foi bem pior, já que as divisórias só foram feitas no ano passado e o piso levantava pó. Além dos dormitórios precários, a cozinha é mal conservada e sem equipamentos, “tem uma geladeira velha que foi aquisição nossa”, relata Djones.

Já a piscina, inutilizada, é uma questão de saúde pública. “A água fica parada. É um criatório de mosquito. Eles [Universidade] chegaram a tapar uma vez, com estrutura de metal e uma lona, mas com o vento voou tudo e não durou nem um mês”.

Confira a matéria completa em nosso site.



## Governo privatiza o ensino via OS

Os direitos trabalhistas estão em retrocesso no Brasil. Nos últimos anos uma série de medidas vem intensificando o desmonte da educação pública e contribuindo para o aumento das privatizações e precarização das universidades. Neste contexto, em abril de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) resgatou e votou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 1923, contrária às normas que regulamentam as Organizações Sociais (OS). Assim, é validada a sua gestão de serviços públicos de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação ao meio ambiente, cultura e saúde. Na prática, o Estado outorga poder para uma entidades de cunho privado prestar serviços de sua alçada, com maior autonomia orçamentária e de gestão.

As parcerias público-privadas nas Instituições Federais de Ensino (IFE) demonstram a intenção do governo em aprofundar a mercantilização da educação pública,

como fez na área da saúde, através da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Os impactos da contratação via OS são muitos: precarização das condições de trabalho e dos serviços prestados à população, facilidade de violação das leis trabalhistas, possibilidade de utilização dos recursos para despesas alheias e de descumprimento das cláusulas contratuais.

### Lutar para não retroceder

O ANDES-SN possui uma extensa história de luta em defesa do caráter público da educação, o que tem conseguido impedir e retardar o avanço do processo de privatização do ensino.

### Tramitação

O PLC 77 foi aprovado pelas Comissões Especiais no dia 24 de novembro e segue para tramitação em regime de urgência. Até o fechamento desta edição não havia ainda sido colocado em apreciação.

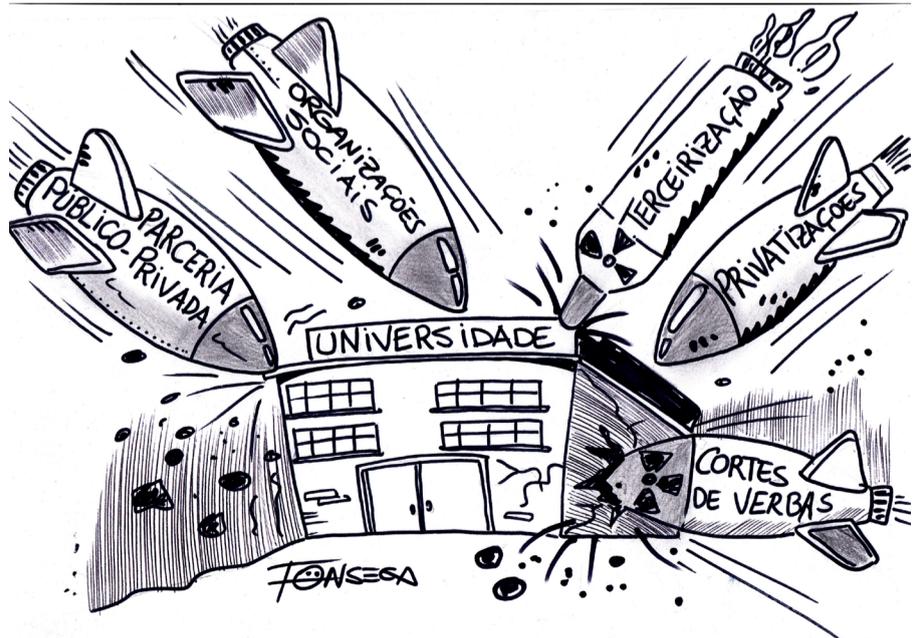
“O governo federal tem feito duras investidas que aguçam a perspectiva da mercantilização da educação pública, abrindo espaços para a iniciativa privada inserir-se dentro da gestão das universidades, ferindo fortemente o princípio da autonomia e retirando direitos dos trabalhadores. A mobilização da categoria é fundamental! Temos muita luta para preservar direitos e o caráter público da educação e da saúde”, afirma Celeste Pereira, presidente da ADUFPel-SSind.

## PEC 215 retira direitos indígenas

Aprovada pela Comissão Especial da Demarcação de Terras Indígenas, a polêmica Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000, segue agora para votação no Plenário da Câmara. A PEC pretende transferir o poder de demarcações de terras indígenas e quilombolas para o Congresso Nacional.

Hoje, esse controle é feito pelo Poder Executivo e executado pela Fundação Nacional do Índio (Funai). No ano passado, foi apresentado um substitutivo à PEC, em que fica explícito o fim de novas demarcações, legaliza a invasão, a posse e a exploração das terras. Redigida pela primeira vez no ano 2000, a PEC 215 foi arquivada em 2004, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), por julgá-la inconstitucional. Mesmo depois desse parecer, os novos membros do CCJC aprovaram a emenda em 2012, e em 2013 foi instalada a Comissão Especial da PEC 215, a fim de elaborar o texto para votação na Câmara dos Deputados.

Em 2014, depois de inúmeros protestos e manifestações do movimento indígena, a PEC foi novamente arquivada, pois a Câmara não conseguiu aprová-la até o final do ano legislativo. No início desse ano, o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS) pediu o desarquivamento da emenda, e em março, o atual presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), reinstalou a Comissão Especial. No final do mês de outubro, a proposta foi aprovada pela Comissão. Resta agora ser votada no Plenário da Câmara e, posteriormente, no Senado.



# Educação pública sob ameaça

*Ataques à educação pública, gratuita e de qualidade ganham força na articulação entre Executivo e Legislativo.*

## O GOVERNO QUER PRIVATIZAR A OFERTA DA EDUCAÇÃO NA INSTITUIÇÃO PÚBLICA!

### EM DEFESA DO CARÁTER PÚBLICO DA EDUCAÇÃO!

O ano de 2015 foi marcado por uma série de medidas que aceleram o processo de mercantilização da educação pública. Projetos de Lei (PLs), Medidas Provisórias (MPs) e Propostas de Emenda à Constituição (PECs), aprovados pelo Congresso Nacional e governo federal, têm contribuído para a privatização do ensino gratuito.

#### **Cortes na educação federal, investimento no Fies**

Enquanto o governo amplia o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) – programa do Ministério da Educação (MEC) que custeia a educação superior de estudantes em instituições privadas –, são feitos cortes que já somam mais de R\$ 12 bilhões no orçamento da universidade federal pública. Na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), como noticiado anteriormente, a redução foi de 10% nas verbas de custeio e 47% nas de capital (investimento).

Vale ressaltar que, em junho, foi anunciado um corte de R\$ 9,4 bilhões e mais de R\$ 1 bilhão no mês seguinte. Porém, no início do ano, o governo federal já havia limitado a verba das Instituições Federais de Ensino (IFE) a 1/18 avos da estimativa do mês (R\$1,76 bilhões). Um dia após divulgar o ajuste de julho, o governo publicou uma nova Medida Provisória (MP 686) que abre crédito extraordinário de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de quase R\$ 10 bilhões, em favor do MEC. A metade desse valor, destinada a operações de crédito educativo e financiamento estudantil. A MP chegou ao Senado em outubro e em novembro foi sancionada a Lei 13.181, que libera R\$ 5,2 bilhões para o Fies. A justificativa é a de que o governo teria ofertado um número de vagas abaixo

do esperado no Fundo para o ano de 2015. O valor será destinado para o pagamento de contratos já existentes.

Paulo Rizzo destaca que o montante que o governo vem desviando para o Fies é um forte indicador do projeto de privatização e mercantilização da educação pública. “É no mínimo contraditório o governo cortar mais de R\$ 12 bilhões da educação pública, deixando as universidades à mingua, suspendendo as bolsas de auxílio à pesquisa, formação de professores e permanência estudantil. E, no mesmo período, destinar quase o mesmo montante para o Fies”.

#### **Enquanto isso, na Argentina**

Ao mesmo tempo em que, no Brasil, o governo diminui o orçamento da educação pública e aumenta a presença da iniciativa privada nas universidades, na Argentina o Senado modificou recentemente a Lei 24.521 da educação superior, garantindo a gratuidade nas universidades públicas do país.

A Lei foi instaurada na gestão de Carlos Menem, em 1995, possibilitando a cobrança de taxas aos estudantes, disfarçada como contribuição. A partir das mudanças feitas pelo Senado, o Estado será o único responsável por prover o financiamento, a supervisão e a fiscalização das universidades nacionais, assim como a supervisão e a fiscalização das universidades privadas.

#### **Docentes de Pelotas mobilizados**

Como parte das atividades do Dia Nacional de Luta, deliberado pelo Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), docentes da UFPel solicitaram audiência com a Reitoria para debater questões que afetam duramente a universidade pública. O encontro aconteceu em 17 de novembro, no qual foi entregue um documento, pela ADUFPel-SSind, à vice-

reitora Denise Gigante, solicitando a posição da Reitoria em relação aos itens:

- Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 395/14, que altera o art. 206 da Constituição Federal, que possibilita a cobrança de cursos não regulares de graduação, mestrado e doutorado;
- Projeto de Lei Complementar (PLC) 77/15, que cria o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, ampliando as parcerias público-privadas;
- Projeto de Lei (PL) 4643/12, que autoriza a criação de Fundo Patrimonial nas IFE, permitindo que pessoas físicas e/ou jurídicas financiem as universidades e participem dos conselhos gestores para buscar rendimentos no mercado financeiro;
- Lei 13.183/15 – aprovada como Medida Provisória 676/15 –, que altera a legislação sobre os planos de benefícios da previdência social e obriga a adesão automática dos novos servidores públicos federais à Funpresp (ver página 6).

#### **Caminho para a privatização**

De acordo com a presidente da ADUFPel-SSind, Celeste Pereira, a audiência foi de extrema importância, pois essas medidas apontam para o caminho do aguçamento da precarização e privatização da Universidade. “Essas propostas de emendas e leis complementares, que autorizam cobrança em cursos de pós-graduação, parcerias público-privadas e todas essas questões, são medidas privatizantes e que, associadas a uma série de outras, contribuem para a extinção da universidade pública”.

A ADUFPel-SSind encaminhou, também, o documento aos Conselhos Superiores da Universidade e aguarda o posicionamento da gestão. Veja o arquivo em nosso site ([adufpel.org.br](http://adufpel.org.br)).

## Dilma sanciona adesão automática à Funpresp

A presidente Dilma Rousseff sancionou, no dia 5 de novembro, a Lei 13.183, que obriga a adesão automática dos Servidores Públicos Federais (SPF) à Fundação de Previdência Complementar (Funpresp). A adesão compulsória foi sugerida pelo próprio fundo de pensão ao Congresso Nacional, pois o número de ingressantes voluntários encontrava-se abaixo do esperado desde que a Funpresp foi criada, em 2012. Para sancioná-la, foi feita uma inclusão como emenda na Medida Provisória 676/2015, aprovada em 8 de outubro.

A estratégia utilizada trará sérias consequências aos SPF, pois o fundo utiliza-se das contribuições dos trabalhadores para especular no mercado financeiro sem garantia de retorno na aposentadoria. Dessa forma, todo servidor que tiver a remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social e ingressou no serviço

público a partir de 3 de janeiro de 2016, será automaticamente inscrito no fundo de pensão.

### Inconstitucionalidade da Lei

O ANDES-SN declara que a Lei é inconstitucional, já que o novo texto fere o princípio da facultatividade. A Assessoria Jurídica Nacional está tomando as providências necessárias e recomenda que as seções sindicais notifiquem os setores de recursos humanos de suas universidades. O Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN, ocorrido nos dias 6, 7 e 8 de novembro, em Recife (PE), que teve como tema a relação entre o fundo público e os direitos da aposentadoria, deliberou a realização de uma campanha nacional contra a adesão ao fundo, denunciando a sua inconstitucionalidade.

A ADUFPel-SSind entregou na Reitoria na Universidade um documento que exige a posição da administração sobre a Lei 13.183,

além de outras medidas (ver página 5).

A diretoria Daniela Hoffmann reafirma a posição da Seção Sindical, contrária à Funpresp. “Seguimos na luta pela anulação da reforma da previdência de 2003, comprada durante o mensalão. Além disso, somos contrários à especulação financeira com dinheiro do servidor, especialmente nessas condições automáticas”, conclui.



## Lei antiterrorismo é aprovada no Senado

O Projeto de Lei (PL) que caracteriza o crime de terrorismo no Brasil concluiu sua tramitação no Senado em outubro, aprovado com 34 votos favoráveis e 18 contrários. A proposta, que teve sua tramitação acelerada em junho, quando o Poder Executivo encaminhou pedido de urgência, enquadra como terrorismo qualquer prática que “conspire contra o Estado democrático de modo violento” (texto da lei), como incendiar, depredar meios de transporte públicos ou privados ou qualquer bem público.

Um parágrafo que excluía os movimentos sociais de serem penalizados foi retirado da proposta, pois seria “redundante”, já que a Constituição Federal garante o direito à liberdade de manifestação. “A proposta, que tramita a toque de caixa, abre margem para transformar em perseguidos políticos, nos moldes da ditadura, os participantes de manifestações populares” diz Luiz Schuch, dirigente da ADUFPel-SSind.

Se aprovada, a lei prevê pena de reclusão de 16 a 24 anos para aqueles que praticarem atos terroristas sem morte. Caso resulte em morte, a pena pode subir para até 30 anos. Para aqueles que financiarem, a pena é de 12 a 20 anos e uma multa. Para apologia e recrutamento, as penas máximas são de 8 e 16 anos, respectivamente. Agora, cabe a Câmara dos Deputados aprovar ou não o PL.

## Estudantes ocupam escolas em SP

Estudantes das escolas estaduais de São Paulo haviam ocupado, até o fechamento desta edição, 182 centros de ensino. A decisão de dar início ao movimento aconteceu após o governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP) anunciar o fechamento de 94 escolas estaduais em 2016, como parte do projeto de “reestruturação” da educação básica.

As ocupações começaram em três escolas e cresceram rapidamente. Apesar de várias ameaças do governo para desestabilizar a força do movimento, uma decisão judicial suspendeu todas as reintegrações de posse, aumentando mais ainda a mobilização.

As primeiras ocupações aconteceram na capital e estenderam-se à região metropolitana, interior e litoral. A maior escola do estado foi ocupada no dia 19 e teve o apoio do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. No mesmo dia, o governador prometeu suspender temporariamente o fechamento

dos centros caso os alunos desistissem do movimento.

As ocupações seguem, com o apoio dos professores, que questionam o projeto e exigem transparência na reestruturação da educação. Eles contestam a falta de diálogo com setores do governo estadual, que sequer realizou uma consulta aberta à comunidade para a adoção de tais medidas. A ocupação de mais de 180 escolas, além das que seriam fechadas, é resultado da união do movimento estudantil, em enfrentamento ao início de um processo de extinção da educação pública estadual.

No dia 30, um áudio vazado de uma reunião mostra a posição da Secretaria de Educação de São Paulo: é necessário “táticas de guerra” porque “este grupo não quer diálogo”, diz Fernando Novaes, chefe de gabinete do Secretário de Educação. E fala que o governo não desistirá da “reorganização das escolas”. Portanto, é hora de resistir mais ainda.



## Entrevista: Vitor Ramil

*Escrever literatura me fez acreditar no meu mundo interior*

Foto: divulgação



Com o tema “O canto das letras, quando a literatura encontra a música”, a 43ª Feira do Livro de Pelotas teve como patrono o escritor, cantor e compositor Vitor Ramil. O pelotense, autor de dez álbuns musicais e livros como “A estética do frio”, “Satolep” e “A primavera da pontuação”, em entrevista ao jornal Voz Docente, contou sobre a experiência em participar da Feira, sua conexão com Pelotas e a recente homenagem que recebeu do professor e escritor Luis Rubira, no livro “Vitor Ramil: nascer leva tempo”.

**Voz Docente: Vitor, como aconteceu o convite para patrono da Feira do Livro deste ano e como foi a experiência?**

**Vitor Ramil:** O convite veio através do secretário de Cultura Giorgio Ronna, em nome dos organizadores e apoiadores. A experiência me marcou para sempre. Nunca antes me senti tão artista e cidadão pelotense como agora. A Feira é muito considerada pelos pelotenses, muito representativa da cidade. Eu não imaginava que fosse tanto e isso me deixou muito feliz. Pessoas dos mais diversos tipos e idades vieram me cumprimentar antes e durante o evento, gente diversa, não só aquela com aparência de público leitor.

**VD: Como analisas a produção literária pelotense? Acompanhas os novos autores?**

**VR:** Temos uma importante tradição de prosadores, poetas e ensaístas. Não posso dizer que acompanho de perto os novos autores. Tenho lido mais livros de poesia, pois tem bastante gente publicando. Da nova geração, na poesia, temos a Angélica Freitas, minha parceira (temos já 15 canções) e vizinha, provavelmente a melhor poeta brasileira da atualidade (se bem que, além de não acreditar nas comparações entre artistas, tampouco tenho autoridade para bater esse carimbo). Não é pouco.

**VD: Como surgiu o teu interesse pela literatura? Quais foram os autores que mais te influenciaram?**

**VR:** Acho que surgiu de ouvir histórias em casa, principalmente O mundo da criança, volumes 1 e 2. A mãe nos lia muito no começo. Depois seguíamos lendo por nossa conta. Ler

nos ensina a pensar, a escrever, a acreditar na nossa imaginação e a... ler. É complicado definir influências. Às vezes mesmo um autor que não gostas completamente pode te influenciar, então é difícil dizer. Dos que gosto, Borges foi o primeiro a me marcar. Depois João Cabral, Joyce, Raduam Nassar, Pessoa, Marguerite Duras, Graciliano, Céline, Thomas Mann, João Simões... a lista seria longa.

**VD: Qual a influência que a música tem sobre a tua forma de escrever ou vice-versa?**

**VR:** Escrever letras de canções me ensinou a síntese, o poder da imagem, da comunicação (sem considerar que vejo a música, melodia e harmonia, como um fluxo de pensamento). Escrever literatura me fez acreditar no meu mundo interior, me levou a camadas mais profundas, e isso me trouxe de volta à canção com mais inteireza.

**VD: A tua conexão com Pelotas é muito grande e presente nas tuas obras literárias e musicais. Como explicas essa ligação com a cidade e de onde surgiu a ideia de inverter o nome para Satolep?**

**VR:** Não sei explicar a conexão. A cidade é uma grande sugestão formal para mim (seu traçado, sua arquitetura, sua umidade etc.), mas também me sugere muitas histórias. Talvez minha ligação com ela tenha começado graças ao meu pai, que, no entanto, era uruguaio. Acontece que ele, como engenheiro e funcionário da Prefeitura, conhecia muito a cidade, suas ruas, seus subterrâneos, suas plantas - tudo em detalhes e profundidade -, e a amava, sempre com uma visão crítica. Fiz a inversão para Satolep aos 19 anos,

ao começar a compor a canção que leva este nome. A prosódia da palavra Pelotas não ficava bem na música que eu estava compondo. Como brincávamos muito de escrever e falar ao contrário, inverter foi meio automático. E funcionou. O legal disso é que me deu muita liberdade para falar desse lugar, pois não é a Pelotas real, oficial (ainda que em boa medida o seja), mas aquela que está na minha mente e no meu coração.

**VD: O professor Luiz Rubira lançou recentemente o livro Vitor Ramil: nascer leva tempo. Como recebeste essa homenagem? Qual foi a tua participação durante o processo de produção do livro?**

**VR:** Confesso que recebi com muita reserva. Além de me achar desinteressante como pessoa; como artista, ao final de cada trabalho, eu me sentia sempre distante do que gostaria de ter realizado (achava que precisaria de muito tempo para acertar a mão e dar consistência ao conjunto da minha produção). Ou seja: não achava que eu tivesse relevância para justificar a escritura de um livro sobre mim. Mas o Rubira nunca pensou como eu. Não consegui dissuadi-lo da ideia de escrever. Claro que fiquei e continuo lisonjeado com o interesse dele por mim e com sua perseverança, além de achar que ele fez um bom trabalho. Quero agora acreditar que sou merecedor dessa atenção. Minha participação foi revisar coisas pontuais como datas, nomes, acontecimentos (ainda que algumas coisas tenham escapado, porque não fiz uma leitura do texto final antes da impressão). Também o provoquei em algumas questões de fundo, mas nada que tenha interferido de modo significativo no trabalho dele.

## 21º Curso Anual do NPC

Entre os dias 18 e 22 de novembro, ocorreu o 21º Curso Anual do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC), grupo de comunicadores, professores, artistas gráficos e fotógrafos que tem como objetivo aperfeiçoar a comunicação de movimentos sociais e sindicatos. Durante os cinco dias, as mesas e convidados debateram, principalmente, a situação da mídia no Brasil e as estratégias para a consolidação de uma imprensa de esquerda o serviço das trabalhadoras e dos trabalhadores do Brasil. Cerca de 250 pessoas participaram, entre jornalistas, dirigentes sindicais e convidados.



### Política e economia

A conjuntura política foi discutida especialmente no dia 18. O ANDES-SN foi mencionado pelo trabalho realizado na Comissão da Verdade. A recusa do governo em agir diante do relatório final foi afirmada como uma grande afronta à justiça dos familiares e amigos, que até hoje choram seus entes perdidos. “Dia 10/11 foi entregue o documento da Comissão à presidenta Dilma e até hoje não aconteceu porra nenhuma!”, exclamou Sebastião Neto, do Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas (IIEP). Eloá dos Santos Cruz, advogado responsável pelas ações contra a privatização da Vale, iniciou a fala dizendo: “vossa excelência somos nós!”. O poder popular, assim como as ações populares, são fortes e necessários para barrar as atrocidades que andam ocorrendo na esfera judicial. Ricardo Antunes, pesquisador do mundo do trabalho, reforçou que vivemos na fase mais destruidora do capitalismo. A mídia, nesse sentido, é o partido do capital e do conservadorismo.

### Conservadorismo, mídia alternativa e cultura de periferia

Pela parte da manhã do dia 19, José Arbex, jornalista e escritor, Márcia Tiburi, doutora em Filosofia, e Francisco Fonseca,

cientista e historiador, discutiram a ofensiva conservadora no Brasil e o papel da mídia nesse contexto. Tiburi falou sobre o seu novo livro, “Como falar com um fascista”. O capitalismo é um tipo de fundamentalismo e é preciso resgatar a alegria política, afirmou. A segunda mesa teve Beto Almeida (TeleSur), Claudia Costa (Conlutas) e Breno Altman (Opera Mundi). Os jornalistas reafirmaram o papel dos meios alternativos como contraponto ao conglomerado midiático. Na tarde, Tiaraju Pablo, Márcio (MC) Calazans e Luiz Antônio Simas colocaram no debate a arte e cultura periféricas. “Se um dia houver revolução, vai ser quando o morro descer pro asfalto”, afirmou Simas, sambista e historiador, parafraseando canção de Wilson das Neves. O debate foi longo, mas focado principalmente na cidade do Rio de Janeiro, onde os moradores do sul, maioria, só saem no jornal quando há bala perdida e morte.

### Vito Giannotti: presente!

Ainda no dia 19, ocorreu a homenagem a Vito Giannotti, que faleceu em 25 de julho deste ano, aos 72 anos. Escritor, jornalista, professor e militante social, Vito Giannotti foi um dos fundadores do NPC. Nascido na Itália, chegou ao Brasil em 1964 e trabalhou como metalúrgico, sempre engajado na luta contra a ditadura. Publicou mais de 15 livros sobre jornalismo sindical, conjuntura e luta operária. Amigos, familiares e companheiros de luta de Giannotti falaram, emocionados, sobre este grande personagem da esquerda brasileira.

### Televisão, violência e Dia da Consciência Negra

No dia 20, a televisão e as violências cometidas pelas principais emissoras foram debatidas. Natana Magalhães, Laurindo Leal e André Gavazza abordaram o tema. Os dados sobre os atentados aos direitos humanos são alarmantes: há mais de mil casos de violação por mês na televisão aberta. A multa mais cara já aplicada foi de 26 mil reais. Natana, por fim, saudou o Dia da Consciência Negra e colocou sua experiência como uma mulher, negra e de origem pobre. Convidou para a marcha que iria acontecer ainda na manhã, seguida de ocupação do Leblon.

A Assessoria de Comunicação da ADUFPeL-SSind acompanhou o evento, chegando ao fim da marcha. Na areia do Leblon já estava montada a tenda da roda de samba, da conversa amiga, da troca solidária. A comunidade trocando carinhos, experiências, dores e lutas. Ali existia amor, solidariedade e ajuda. A elite olhava com surpresa a ocupação, mas o ônibus com letreiro “Leblon – Palmares” chegava, carregando nos bancos, a caravana da revolução. A população da zona norte corresponde a, aproximadamente, 37% da população inteira do Rio, mas dessa região, pouco se sabe. A nossa dor não sai no jornal.

### Mídia, espaço urbano e trabalho

Numa das últimas mesas do curso, Guilherme Boulos, do Movimento dos Trabalhadores Sem -Teto, e Sabrina Duran, do Repórter Brasil, deram uma verdadeira aula sobre especulação imobiliária, programas habitacionais e o problema da moradia no Brasil. Boulos relata que não existe mais banco público de terras, pois todas estão em mãos privadas. Além disso, o Produto Interno Bruto da construção civil é duas vezes maior que o do país. Nesse sentido, como expôs Duran, a ocupação vem como resposta. Houve, também, oficinas e um debate final, que apontaram para uma conclusão: nós, classe trabalhadora, temos força para barrar a onda reacionária. E só com cooperação e solidariedade faremos frente ao capital e às destruições geradas por ele.

